

# **AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: RESPONSABILIZAÇÃO E TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR**

Rita de Cássia Rodrigues Del Bianco

## **INTRODUÇÃO DO PROBLEMA**

Traçar um perfil em torno da avaliação institucional no Ensino Superior do Brasil, implica no exame da diversificada legislação produzida na última década e do contexto que fundamentam a implantação de políticas educacionais que as justifiquem. Da Constituição de 1988 às sucessivas Medidas Provisórias, passando pela nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB/9394.1996), pelo Plano Nacional de Educação (PNE) e por vários Decretos que sustentam os discursos em torno da avaliação como pressuposto para melhoria da qualidade da educação e do ensino, fortalecida pelas políticas educacionais dos governos brasileiros desde a década de 1990.

A implantação dos sistemas de avaliação educacional ocorreu na mesma época da aprovação da LDB/1996, a qual determinava que a autorização de funcionamento de instituições e o reconhecimento de cursos seriam por prazo limitado e vinculado à realização de avaliações. Essas mudanças, introduzidas por esta Lei e com a sua posterior regulamentação, permitiram a expansão do ensino superior privado (BELLONI, 1998; OLIVEIRA *et al*, 2006; BRASIL, 2004).

Os processos de avaliação passaram a ser atribuídos a autarquia Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A avaliação externa aparece com o intuito de destacar a qualidade nas formas alternativas de atendimento às demandas do ensino superior, na definição de indicadores de qualidade para a política de avaliação e supervisão de instituições públicas e privadas e fazendo com que a educação superior ampliasse seus contornos administrativos e pedagógicos para dar conta da sistemática da avaliação.

O sistema de avaliação constituído no Brasil, a partir de 2004 com a implantação do Sinaes, promoveu uma reforma educativa que colocou no processo avaliativo um caminho para todas as políticas de formação, de financiamento, de gestão de recursos na educação superior (FREITAS, 2002).

Em abril de 2004, a Lei n. 10.861 instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), na perspectiva de buscar a melhoria da qualidade da educação superior, a promoção dos valores democráticos, o respeito às diferenças e à diversidade e afirmação da autonomia e da identidade institucional.

O SINAES define como modalidade, as avaliações internas e externas no âmbito das Instituições, dos Cursos e do Desempenho dos Estudantes, tomando como base o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, a gestão da instituição, corpo docente, instalações e outros aspectos que influenciam a qualidade e a utilização dos resultados.

O modelo de avaliação deve, também, garantir a sua legitimidade, apresentando claramente os objetivos propostos para o programa, assim como as bases metodológicas sobre as quais se delineará. A crítica recorrente sobre essa prática consiste na padronização que essa ação produziria no conteúdo e nos processos educacionais. Essa padronização atenderia a uma educação a serviço do mercado de trabalho, cada vez mais comprometida em formar trabalhadores mais eficientes para o modelo de produção capitalista e menos preocupada em formar cidadãos críticos.

Essas percepções, de certa forma, conflitam com a formação docente no que tange a elaboração dos elementos que irão compor o trabalho, a prática, os saberes, a relação com o conhecimento, as técnicas, enfim, componentes que irão fundamentar a base da docência como profissão. Afirma Maués (2010, p. 156) que “[...] essas mudanças levarão o docente a uma sobrecarga de trabalho, ultrapassando as horas contratadas, o que, em geral, provoca um desgaste físico e emocional, confirmando o que as pesquisas têm mostrado sobre o abandono e a desistência do professor.”

## **DESENVOLVIMENTO**

Na pesquisa que realizamos em 2009, no Programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Goiás, destacamos o conceito de profissionalidade docente na formação de professores pedagogos articulados aos projetos de curso de Pedagogia, na constituição dos saberes docentes e na direção política adotada em cada uma das Instituições Superiores Universitárias do Estado de Goiás, enquanto espaço formativo. Concluímos ao final que, a profissionalidade

docente nestes aspectos, comporta-se na contraditoriamente de forma **histórica e temporal**, ora como **política e ética**, ora focada no **pragmatismo**, porém, exigindo constantes confrontos e revisões em face do devir histórico presente no **campo educacional** (DEL BIANCO, 2009) (grifos nossos).

Desde então, os estudos sobre formação de professores tem sido acompanhados por esta pesquisadora, por meio da atividade profissional como docente, coordenadora em um curso de Pedagogia; gestora de instituição de ensino superior, avaliadora institucional do BaSis; pela participação em palestras e conferências; pela escrita de trabalhos acadêmicos e técnicos; pela realização de disciplinas como aluna especial no Programa de Doutorado em Educação da Universidade Federal; pela participação em grupo de Pesquisa. E dentro dessa realidade, acompanhamos algumas a produção de pesquisas em programas stricto sensu que dialogam com o tema da avaliação institucional e da formação de professores.

Sendo assim, a discussão em torno da Avaliação Institucional e seus mecanismos na prática docente e suas relações com as práticas avaliativas nos cursos superiores sugere uma nova perspectiva e olhar para a docência e para o trabalho docente, tendo em vista a busca de superação de concepções normativas que analisam a partir de modelos teóricos produzidos externamente ao exercício profissional e com isso, seria possível compreendê-la, em sua complexidade, como uma construção que se dá nas relações entre os indivíduos e os espaços sociais nos quais exercem sua atividade profissional.

## **CONCLUSÕES**

Considerando-se as condições históricas do trabalho do docente no ensino superior no Brasil, esclarecemos nos propusemos a fazer este estudo sob um enfoque dialético ou materialista dialético é fundamental, em linhas gerais, contextualizarmos essa escolha, por compreendermos que a avaliação institucional e, conseqüentemente, o trabalho docente como um fenômeno à que se pretende nos aproximar.

Levando-se em conta as políticas educacionais implantadas desde 1990, a expansão vertiginosa do ensino privado e o projeto de avaliação institucional constituído desde a implantação dos SINAES em 2004, que tem um viés de entrada

de processos de avaliação, prestação de contas e responsabilização (*accountability*), e ao mesmo tempo, refletir em que medida a avaliação institucional tem impactado a dinâmica, a organização do trabalho pedagógico docente no ensino superior privado e de como esta tem implicações na responsabilização sobre o trabalho docente.

Mediante estas pontuações, este trabalho tem como objetivo compreender quais são os efeitos de uma política de avaliação institucional sob ótica da responsabilização poderiam tensionar o trabalho docente no ensino superior privado, no que se refere a elaboração do planejamento; as alterações curriculares dos cursos, as cargas horárias destinadas a obtenção de ações que aproximam os estudantes a uma padrão de conhecimento específico para atingir resultados satisfatórios nas avaliações em larga escala.

Infere-se que essas questões vêm justificar a pertinência de centrarmos mais estudos sobre esse tema, uma vez que os contornos difusos vinculados a um cenário de crise da profissão, da informalidade, da proletarização e o baixo estatuto social dos professores, apontam para uma necessidade premente de que os estudos sobre o trabalho e a profissão docente sejam mais enfatizados no âmbito do ensino superior.

## REFERÊNCIAS

BELLONI, Isaura. **A função social da avaliação institucional**. Campinas: UNICAM, 1998.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96** de 20/12/1996. Brasília: MEC-Subsecretaria de edições Técnicas, 1996.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. – (Série Legislação; n. 125)

FREITAS, H. C. L. de. Formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação. **Rev. Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n. 80, set., 2002.

DEL BIANCO, Rita de Cássia Rodrigues. **Profissionalidade docente em projetos de cursos de Pedagogia de Universidades do Estado de Goiás**. 2009 145 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

MAUÉS, Olgaíses. A reconfiguração do trabalho docente na educação superior.  
**Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. especial 1, p. 141-160, 2010. Editora UFPR.